



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo nº: **4001617-24.2013.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento Ordinário - Interpretação / Revisão de Contrato**
 Requerente: **Jose Aparecido Augusto Vigilato**
 Requerida: **OMNI S/A CRÉDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO**

Justiça Gratuita

Juiz de Direito: **Paulo César Scanavez**

Jose Aparecido Augusto Vigilato move ação em face de **OMNI S/A CRÉDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO**, dizendo que celebraram contrato de financiamento de nº 1.00358.0000166.12, tendo como garantia fiduciária o VW Gol, 16v, ano 2000, prata, placa DAQ-4633, cujo valor líquido do financiamento foi de R\$ 10.500,00, a ser pago em 48 parcelas mensais de R\$ 468,19. A ré acrescentou, abusivamente, ao valor do financiamento, R\$ 733,95, de tarifas de avaliação, cadastro, registro de contrato e IOF, violando disposições do CDC. Expurgando-se esse excesso, constata-se que o valor de cada prestação resultaria em R\$ 433,38, havendo, pois, no cômputo geral das obrigações contratuais, diferença de R\$ 1.670,90. A ré deverá repetir esse valor em dobro, por força do § único, do art. 42, do CDC. A ré praticou indevida capitalização de juros, que é vedada pela Súmula 121, do STF, tendo inclusive cobrado juros cujo limite não obedeceu ao § 3º, do art. 192, da Constituição Federal. Pretende continuar depositando em Juízo o valor real da prestação, como já demonstrado, inclusive para impedir que seu nome seja negativado em bancos de dados. Pede liminarmente seja a ré compelida a não incluir o nome do autor em bancos de dados, autorizando-se a consignação de R\$ 433,38, por mês, para solver cada prestação mensal. Ao final, pede sentença de procedência para a revisão contratual, reconhecendo-se a abusividade das tarifas, dos juros excedentes e do critério da capitalização mensal, condenando a ré a lhe restituir em dobro R\$ 1.670,90, ou o valor de R\$ 1.533,12, em dobro, com a adoção dos R\$ 433,38 de cada parcela vincenda. A ré deverá ser condenada em honorários advocatícios e custas. Documentos às fls. 29/38.

A ré foi citada e contestou às fls. 44/65 sustentando a legitimidade da



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

cobrança das tarifas e do IOF, os juros remuneratórios atenderam à Súmula 596, do STF, o critério da capitalização mensal tem previsão no art. 28, da Lei 10.931, pelo que improcede a demanda.

É o relatório. Fundamento e decido.

Impõe-se o julgamento antecipado da lide, nos termos do inciso I, do art. 330, do CPC. A prova é meramente documental e se encontra nos autos. Dilação probatória apenas protrairia o julgamento da lide e nada acrescentaria de útil ao acervo probatório.

As partes celebraram a cédula de crédito bancário de fls. 29/32 em 05.04.2012. A ré cobrou do autor IOF (R\$ 265,45), tarifa de avaliação (R\$ 100,00), tarifa de cadastro (R\$ 350,00), registro de contrato (R\$ 58,50), tanto que o valor global financiado foi de R\$ 11.273,95, com destaque para o valor líquido solicitado pelo autor da ordem de R\$ 10.500,00.

Os juros mensais foram de 3,23% e o anual de 46,444%, expressamente previstos à fl. 29. Trata-se de cédula de crédito bancário e a ré tem a seu favor a possibilidade de exigir a capitalização mensal dos juros remuneratórios, conforme inciso I, do § 1º, do art. 28, da Lei 10.931/04, questão pacífica no TJSP e no STJ.

Os juros remuneratórios foram contratados à razão de 3,23%, o que encontra supedâneo na Súmula 596, do STF. O § 3º, do art. 192, da Constituição Federal, foi revogado há muitos anos, razão da Súmula Vinculante nº 7, do STF: "A norma do § 3º, do art. 192, da Constituição Federal, revogada pela Emenda Constitucional nº 40/2003, que limitava a taxa de juros reais a 12% ao ano, tinha sua aplicação condicionada à edição de Lei Complementar".

Tarifa de Avaliação de Bem: é fato ressabido de que o valor de carro usado é facilmente identificado no mercado através da Tabela Fipe, largamente utilizada por múltiplos setores da nossa economia. O próprio Judiciário tem se valido dessa ferramenta em face às inúmeras vantagens que proporciona, tanto para a redução de custos para os litigantes (evita-se a avaliação judicial pelo método tradicional, qual seja, nomeação de perito-avaliador) como para a celeridade do ato. Não consta que a ré tenha tido gasto com técnico-avaliador para a identificação do valor do veículo. Mais razoável acreditar que a ré tenha se valido da Tabela Fipe. O contrato não especifica como se procedeu à avaliação para poder justificar a tarifa de avaliação.

O TJSP, no v. acórdão relatado pelo i. desembargador Bonilha Filho, na Apelação nº 0063593-80.2012.8.26.002, j. 05.02.2014, enfatizou que: "a mera indicação de sua cobrança no contrato não configura o cumprimento do dever jurídico de informar adequadamente ao



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

consumidor, pois é certo que cabe à instituição financeira demonstrar o fundamento das tarifas exigidas a fim de possibilitar a sua cobrança específica. Dessa forma, não cabe ao consumidor arcar com o pagamento de taxas cujo conteúdo e escopo não lhe foi esclarecido, sendo de rigor a restituição ao autor dos valores pagos a esse título”.

Tarifa de Registro de Contrato: em verdade, o registro de contrato não se confunde com tarifa bancária, já que o seu custo é destinado ao atendimento das despesas cartorárias, incluindo os emolumentos. Não houve registro da cédula de crédito bancário de fls. 29/32. A ré não providenciou prova de ter tido os gastos especificados no mencionado contrato. Essa exigência feita pela ré em relação ao autor "reputa-se abusiva pois teve como objetivo transferir ao consumidor os custos inerentes à própria atividade do fornecedor, tendo em vista que não representa prestação de serviços a ele" (TJSP, Apelação n. 0048423-89.2011.8.26.0071, j. 03.02.2014, relator Desembargador Nestor Duarte; essa fundamentação constante desse v. acórdão enfrentou a Tarifa do Gravame Eletrônico, mas por analogia tem plena aplicabilidade à espécie).

No que diz respeito ao Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), é plenamente devido, pois é tributo federal cujo fato gerador ocorre na data da concessão do crédito, conforme artigo 1º, da Lei nº 5.143/66, e artigo 2º, inciso I, alínea "a", do Decreto nº 6.306/07, questão dirimida inclusive no REsp nº 1.255.573/RS, relatora Ministra Maria Isabel Gallotti, 2ª Seção do STJ, j. 28.08.2013. DJe 24.10.2013, decisão essa com o efeito vinculante previsto no artigo 543-C, do CPC, onde ficou decidido: "[...] Podem as partes convencionar o pagamento do IOF por meio de financiamento acessório ao mútuo principal, sujeitando-o aos mesmos encargos contratuais".

O TJSP tem decidido, prevalecentemente, nesse mesmo sentido, conforme os julgados da Apelação n. 0071450-69.2011.8.26.0114, j. 12.12.2013, relator Desembargador Erson de Oliveira; Apelação n. 0018410-89.2012.8.26.0001, j. 18.12.2013, relator Desembargador Francisco Giaquinto; Apelação n. 0055850-62.2012.8.26.0602, j. 05.02.2014, relator Desembargador Spencer Almeida Ferreira; Apelação n. 0028332-65.2012.8.26.0451, j. 03.02.2014, relator Desembargador Itamar Gaino.

Quanto à tarifa de cadastro, tem previsão na cédula de crédito bancário de fl. 29, que foi celebrada em 05.04.2012, e o valor cobrado foi de R\$ 350,00, que não se mostra abusivo, quer em face do valor líquido do financiamento quer em relação ao valor da parcela mensal da amortização do débito (R\$ 468,19), ficando muito próximo do valor de um ciclo mensal de juros aplicados ao valor líquido do financiamento (R\$ 339,15).

Ao tempo da contratação, já se encontrava em vigência a Resolução Bacen nº



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

3.919, de 25.11.2010, que em seu art. 3º legitima a cobrança dessa tarifa. Na Tabela I, de padronização dos serviços prioritários a pessoas naturais, a tarifa de cadastro tem como fato gerador da cobrança a "realização de pesquisa em serviços de proteção ao crédito, base de dados e informações cadastrais, e tratamento de dados e informações necessários ao início de relacionamento decorrente da abertura de conta de depósito à vista ou de poupança ou contratação de operação de crédito ou de arrendamento mercantil, não podendo ser cobrada cumulativamente".

A ré obedeceu a essa tipificação e não cometeu abusividade alguma ao exigí-la. No REsp nº 1.255.573/RS, j. 25.08.2013, STJ, cujo v. acórdão foi relatado pela Ministra Maria Isabel Gallotti (art. 543-C, do CPC), ficou definido que "permanece válida a tarifa de cadastro expressamente tipificada em ato normativo padronizador da autoridade monetária, a qual somente pode ser cobrada no início do relacionamento entre o consumidor e a instituição financeira, ressalvado o exame de abusividade em cada caso concreto".

Como se vê, a ré cobrou indevidamente apenas R\$ 100,00 da tarifa de avaliação e R\$ 58,50 do registro de contrato, totalizando R\$ 158,50.

A ré, ao exigir as tarifas de registro de contrato e de avaliação do bem, violou o disposto no inciso IV, do art. 51, do CDC, daí a procedência parcial do pedido de repetição do indébito, mas pelo critério simples, já que não se aplica a dobra prevista no § único, do art. 42, do CDC, pois não restou configurada a má-fé da ré, requisito exigido pela Súmula 159, do STF. O STJ tem também iterativos julgados exigindo a comprovação da má-fé para que haja a repetição em dobro indicada no § único, do art. 42, do CDC: AgRg no AREsp 358880/SE, j. 17.09.2013, relator Ministro Raul Araújo.

Mais razoável que a repetição do indébito se oriente pelo seguinte critério: aplicar-se-ão sobre os R\$ 158,50 os mesmos juros remuneratórios previstos à fl. 29, quais sejam, 3,23% ao mês, com capitalização mensal, desde o vencimento da 1ª parcela (10.05.2012) até o vencimento da última parcela (10.04.2016). Esse método garantirá ao autor a repetição de modo suficiente. Sobre o montante apurado incidirão correção monetária pela Tabela Prática adotada pelo Egrégio Tribunal de Justiça deste Estado e juros de mora de 1% ao mês, respectivamente, do ajuizamento da ação e ato citatório. Não há necessidade alguma de se alterar o valor das prestações destinadas ao pagamento do financiamento.

O valor das prestações segundo o cálculo apresentado pelo autor foge completamente do quanto contratado, mesmo porque o excesso praticado pela ré é singularmente inexpressivo, praticamente o equivalente a 1/3 do valor de apenas uma prestação.

JULGO PROCEDENTE EM PARTE a ação para

4001617-24.2013.8.26.0566 - lauda 4



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

reconhecer que a ré cobrou indevidamente do autor R\$ 158,50, sendo R\$ 100,00 de tarifa de avaliação e R\$ 58,50 de registro de contrato. Condeno a ré a devolver os R\$ 158,50 ao autor, com juros remuneratórios, correção monetária e juros de mora de 1% ao mês nos moldes fixados no penúltimo parágrafo da fundamentação desta sentença. IMPROCEDEM os demais pedidos do autor. Este sucumbiu na maior porção do pedido, por isso pagará à ré 15% de honorários advocatícios sobre o valor dado à causa e custas do processo, inclusive as de reembolso, despesas essas que só serão exigidas numa das hipóteses previstas pelo art. 12, da Lei 1.060.

Depois do trânsito em julgado, abra-se vista ao autor para, em 10 dias, formular o requerimento da fase de cumprimento da coisa julgada (arts. 475-B e J, do CPC). Assim que apresentado esse requerimento, intime-se a ré para, em 15 dias, pagar a dívida exequenda, sob pena de multa de 10%, honorários advocatícios de 10% sobre o valor do débito exequendo e custas ao Estado de 1%.

P.R.I.

São Carlos, 28 de abril de 2014.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME
IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**